

História do Serviço Social na América Latina



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Manrique Castro, Manuel

História do Serviço Social na América Latina / Manuel Manrique Castro; tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 12. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia

ISBN 978-85-249-0001-3

1. Serviço social – América Latina – História. I. Título.

84-1101

CDD-361.98

Índices para catálogo sistemático:

1. América Latina: Serviço Social: História 361.98

Manuel Manrique Castro

História do Serviço Social na América Latina

12ª edição

5ª reimpressão

Tradução de
José Paulo Netto
Balkys Villalobos

 **CORTEZ
EDITORA**

Título original:

De Apóstolos a Agentes de Cambio — *El trabajo Social en la Historia Latinoamericana*.

Ediciones CELATS — Lima, Peru, 1982.

Capa: DAC

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida, Agnaldo Alves

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Texto revisto a partir da 5ª edição.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA — CELATS

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo - SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — junho de 2017

Sumário

Apresentação à quinta edição	7
Comentando	13
Advertência dos tradutores	15
Prólogo à edição brasileira	17
Apresentação da edição peruana	21
Introdução	23

CAPÍTULO I

Emergência do Serviço Social: condições históricas e estímulos

27

1. Dinâmica de classes e profissionalização do Serviço Social
 2. Periodização e história profissional
- 35
40

CAPÍTULO II

Igreja, relações de produção capitalistas e o período de gênese da profissão

44

1. A ação social da Igreja e as encíclicas papais
 - 1.1. A questão social e a “Rerum Novarum”
 - 1.2. A “Quadragesimo Anno” e o novo apelo aos cristãos
- 51
52
61

CAPÍTULO III

A Igreja católica e a formação das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina

68

1. Formação profissional e Igreja no Chile:
o caso das primeiras escolas
 - 1.1. A primeira escola católica chilena de Serviço Social
- 68
72

1.2. A formação da visitadora social na Escola Elvira Matte de Cruchaga	79
1.3. A influência internacional da Escola de Serviço Social Elvira Matte de Cruchaga	93
2. A fundação das escolas pioneiras de Serviço Social no Brasil	100
2.1. A influência católica e a Escola Paulista de Serviço Social	104
2.2. Surgimento das escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro	107
3. Surgimento da Escola de Serviço Social no Peru	110
3.1. Estado, classes e a formação da Escola de Serviço Social do Peru	117

CAPÍTULO IV

Pan-americanismo “monroísta”, desenvolvimentismo e Serviço Social	131
1. O pan-americanismo posterior à guerra e a OEA	133
2. O desenvolvimento de comunidade como proposta: antecedentes na Inglaterra e nos Estados Unidos	136
3. A concepção funcionalista do desenvolvimento de comunidade	140
4. Doutrina e ideologia do desenvolvimento de comunidade	147
5. Desenvolvimentismo e expansão profissional	150
6. A difusão e o intercâmbio internacionais no Serviço Social	157
7. A projeção do neo-pan-americanismo e a reorientação do Serviço Social ...	159
7.1. Os seminários regionais da OEA	159
7.2. Os Congressos Pan-Americanos de Serviço Social	162
8. O assistente social: um agente de transformação? O questionamento da proposta desenvolvimentista	169
Bibliografia	171

APRESENTAÇÃO À QUINTA EDIÇÃO

O livro de Manuel Manrique Castro, *História do Serviço Social na América Latina*, ora em sua quinta edição no país, após 16 anos do lançamento em língua portuguesa, é hoje um marco fundamental no processo de reconstrução da história do Serviço Social no continente e uma referência obrigatória no ensino e na literatura sobre a história da profissão no Brasil.

Editado originalmente em espanhol, em 1982, sob o provocativo título *De Apóstoles a Agentes de Cambio — El Trabajo Social en la Historia Latinoamericana*, sua significação histórica é incontestável. É também parte do protagonismo desempenhado pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social — CELATS —, nas décadas de 70-80, no processo de renovação do Serviço Social latino-americano, quando a pós-graduação no continente vivia a sua infância e a tradição de pesquisa não havia ainda se consolidado nessa área acadêmica.

A análise elaborada por Manrique resulta de um amplo e fecundo projeto de pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, levado a efeito pelo CELATS, sob a coordenação do autor,¹ o qual redundou em uma trilogia. Esta compreende, além deste, os livros de Alexandrino Maguiña, *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social: Peru, 1896-1979*, e o de Marilda V. Iamamoto e Raul Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.² Nesse quadro, a produção de Manrique distingue-se pela abrangência latino-americana da análise sobre a gênese e formação do Serviço Social no continente, elaborada a partir de uma pesquisa comparada envolvendo Chile, Peru e Brasil.

A atualidade e oportunidade da reedição desse trabalho decorre do pioneirismo de sua análise, que o tornou um clássico na literatura sobre a história

1. Ver: MANRIQUE, M. C. e IAMAMOTO, M. V. “Hacia el Estudio de la Historia del Trabajo Social en América Latina”. In: *Acción Crítica* n° 5. Lima, Celats, abril, 1979, p.53-73.

2. MAGUIÑA, A. *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social: Peru, 1896-1979*. Lima, Celats, 1979; IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.

do Serviço Social latino-americano. Esse caráter pioneiro expressa-se na *perspectiva teórico-metodológica adotada no tratamento da história e dos materiais coletados*, em fontes e arquivos ainda não explorados nas rarefeitas elaborações sobre o tema até então vigentes.

Metodologicamente representa uma ruptura com as matrizes de interpretação instituídas e predominantes à época: as abordagens descritivas, formalistas e classificatórias, que reduzem a história da profissão a seqüências cronológicas de fatos ou idéias, descolados da dinâmica dos processos sociais macroscópicos, esvaziados das lutas e contradições de classes que os movem.

Manrique insurge-se contra as interpretações da história do Serviço Social que a reduzem a “simples prolongamentos dos desdobramentos que a profissão alcançara na Europa”, para salientar a história social e política operante nos países, atribuindo particularidades ao processo social latino-americano e ao Serviço Social nele inscrito.

É preocupação transversal ao texto apresentado apreender a função que o Serviço Social desempenha no interior das relações entre as classes sociais no processo de acumulação capitalista, em torno do qual se articulam as funções do Estado e as lutas sociais. Assume que as formas de ação social não emergem ou sucumbem segundo a mera vontade dos seus agentes. Ao contrário, são objetivações da situação social prevalecente, expressando características da sociedade onde se expressam, as quais impõem limites e possibilidades à consecução dos projetos e ações dos sujeitos. Sua análise abrange também o *ideário* que informa (e encobre) a integração da profissão no bloco do poder, no papel de coadjuvante intelectual da luta pela hegemonia travada historicamente.

A atualidade deste livro é atestada ainda na análise efetuada quanto aos *fundamentos da profissão*. Para o autor, decifrar a profissão supõe elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como seu envolvimento na esfera cultural, no campo das idéias. Idéias que, impulsionadas pelos agentes profissionais, freqüentemente contribuíram para mascarar, ante os próprios sujeitos, a complexidade das implicações político-ideológicas envolvidas em suas ações. Entre as intenções que movem os(as) assistentes sociais e os resultados do seu trabalho, existe um complexo de forças sociais que impossibilitam garantir *a priori* uma identidade entre objetivos e resultados efetivamente obtidos.

Assim sendo, situar o Serviço Social *na* história é distinto de uma história *do* Serviço Social circunscrita ao mundo da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais e/ou o discurso oficial como achados conclusivos da pesquisa. A presente obra não se deixa seduzir por tais artimanhas. Apresenta uma análise dos dados coligidos que rompe com ingênua leitura centrada nos propósitos e interpretações do indivíduo isolado e/ou dos discursos oficiais, ainda que incorpore os projetos, ações e ideais dos sujeitos — individuais e coletivos. Mas incorpora-os enquanto material a ser submetido ao crivo da crítica teórica, situando-os

em uma perspectiva de totalidade histórica. É essa perspectiva que permite relativizar as verdades de primeira hora, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais.

Este livro atribui especial atenção a dois feixes de idéias que, em conjunturas determinadas, se tornaram constitutivas da própria configuração da profissão na sociedade latino-americana: a doutrina social católica e a ideologia desenvolvimentista.

Manrique desvenda as formas de explicar e agir ante a questão social veiculadas pela Igreja Católica e sua doutrina social no período de constituição do Serviço Social, a partir das encíclicas papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI. Salienta a importância da Igreja e de sua doutrina na gênese e formação do Serviço Social na América Latina, em estreitos vínculos com o poder instituído, fornecendo a esta profissão emergente “uma base orgânica continental”.

Assimilando as particularidades econômicas e sócio-políticas nacionais na profissionalização do Serviço Social, o texto revisita a origem dos primeiros centros de formação no Chile, Peru e Brasil.

Outro destaque recai sobre o *pan-americanismo, com especial ênfase no desenvolvimentismo do pós-Segunda Guerra*, indissociável da hegemonia norte-americana no continente e do suporte de organismos internacionais. É dentro dessa estratégia que tem lugar a análise do “Desenvolvimento de Comunidade”, focalizando seus antecedentes históricos na Inglaterra e nos Estados Unidos, a concepção de raiz funcionalista que o sustenta e suas implicações ideológicas.

Ao incorporar a perspectiva da Reforma Social voltada à “humanização do capitalismo”, o Serviço Social passa a partilhar da “fascinante ilusão do desenvolvimento”, nos termos de Manrique. Ao assumir o papel de catalisador desse processo — ou de *agente de transformação* —, coube ao(a) assistente social impulsionar a participação popular, propugnando associar os esforços da população aos dos governos para melhoria das condições econômicas, sociais e culturais das comunidades na luta contra o subdesenvolvimento, tendo em vista sua integração na vida do país. O “Desenvolvimento de Comunidade” representou um eficiente mecanismo de sujeição das organizações populares à tutela oficial e, ao mesmo tempo, um impulso à expansão do Serviço Social.

Contradições derivadas da estratégia desenvolvimentista impulsionam a afirmação dos movimentos e protestos populares na cena política, a redescoberta da América Latina pelas Ciências Sociais, as lutas pela democratização da Universidade. O autor indica que tais processos são acompanhados por vozes dissonantes na arena do Serviço Social, contribuindo para forjar uma ampla revisão profissional nos marcos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Este, em sua diversidade, enraizado na realidade dos vários países, descortina novos horizontes — e novos dilemas — para o profissional no âmbito das lutas democráticas na América Latina.

Releer o livro de Manrique não significa apenas uma revisão do passado, mas instiga indagações sobre o presente. Em tempos de globalização, sob a hegemonia do capital financeiro e do neoliberalismo na condução das políticas governamentais, renascem, sob novos moldes, velhos recursos ideológicos que tiveram vigência no passado desenvolvimentista no trato da questão social.

Ora, os anos dourados da expansão capitalista — do pós-guerra aos inícios da década de 70 — foram presididos pelo crescimento econômico sob a liderança do capital industrial. Verificou-se a expansão do emprego assalariado e o reconhecimento dos direitos de proteção ao trabalho, no marco de políticas redistributivas levadas a efeito pelo Estado, consoante as estratégias de acumulação do capital então predominantes. Sob tais condições, a questão social foi enfrentada no âmbito de um projeto de desenvolvimento com amplo suporte do Estado, que se beneficiava dos excedentes produzidos.

A crise do capital, desencadeada nos anos 70, aprofunda sua concentração e centralização sob a liderança do capital financeiro, mediante os estímulos da revolução tecnológica apoiada na microeletrônica, na robótica e nos avanços da química e da biologia, entre outros ramos científicos. O fosso das desigualdades sociais, tidas como uma inevitabilidade histórica, é radicalizado. A recessão econômica, a desregulamentação da economia e uma ampla regressão das conquistas sociais e políticas resultam no crescimento do subemprego e no desemprego maciço como fenômeno mundial, incidindo no poder de mobilização das classes e segmentos subalternos. Acompanham alterações qualitativas nas relações entre o Estado e a sociedade e na distribuição dos fundos públicos. Estes são canalizados para os interesses econômicos privados e reduzidos no atendimento às necessidades sociais da coletividade. As políticas de combate à pobreza tornam-se focalizadas, em detrimento de sua universalidade, voltadas para os segmentos mais pauperizados da população, enquanto os serviços sociais passíveis de serem lucrativos são privatizados, ampliando a mercantilização na esfera da satisfação das necessidades sociais. Assim, direitos sociais de cidadania tendem a ser erodidos em favor dos “direitos do consumidor”.

É nessa moldura histórica que têm lugar os chamamentos à participação da “sociedade civil” — reduzida a um oficial e consagrado “terceiro setor” — para partilhar com o governo as responsabilidades e desafios perante a radicalização da questão social. Se o mote não é mais o “desenvolvimento” ou o “progresso social”, e sim a evocação da *solidariedade*, os mecanismos ideológicos do processo apresentam semelhanças. Contribuem para encobrir as tensões entre as classes, agora travestidas em segmentos parceiros e solidários no combate à pobreza e às desigualdades. Todos os membros da sociedade são chamados a dedicar tempo, esforços, recursos e trabalho voluntário em prol do “bem comum”. Mais uma vez a sociedade capitalista apresenta-se vestida em trajes de gala para mostrar-se como uma sociedade cujas relações sociais são regidas pelo princípio da solidariedade e da harmonia, tal como preconizava *Durkheim* em suas análises sobre a divisão do trabalho na sociedade moderna. Para ele, as “disfunções sociais” e/ou “anomias”

são passageiras, passíveis de correção pela ação moralizadora da norma, uma vez que só ela é capaz de fundar e manter elos de coesão social.³

Assim, o que Manrique cunhou de “ilusão do desenvolvimento” dos anos gloriosos do capitalismo pode atualizar-se, hoje, *sob distintas determinações sócio-históricas*: as ilusões adotam novas formas, preservando conteúdos ideológicos já anunciados, apesar das transformações históricas operadas. Reedita-se, de um lado, o foco da *comunidade* como ótica conservadora de leitura de uma sociedade globalizada em um contexto de financeirização da economia, sob o signo dos oligopólios; de outro lado, o antigo desenvolvimento de comunidade adquire novas tinturas, metamorfoseado em trabalho comunitário solidário. Tais artimanhas são insumos preciosos para alimentar as tendências neoconservadoras que marcam presença no debate profissional.

Outra contribuição importante para iluminar a releitura da profissão no presente, salientada pelo autor, diz respeito às *relações entre Serviço Social e a Igreja Católica*, que emolduraram a sua formação histórica. Ao largo de seu desenvolvimento, no percurso de oito décadas, o Serviço Social latino-americano emancipou-se da influência institucional direta da Igreja e secularizou-se. A formação especializada ingressou no mundo universitário, submetendo-se aos cânones do trabalho acadêmico na graduação e pós-graduação. Os fundamentos teórico-metodológicos e ético-filosóficos do exercício profissional foram revistos. Instaurou-se um fecundo processo de renovação crítica da profissão, com recursos heurísticos hauridos na tradição marxista, cujas origens remontam ao movimento de reconceituação na América Latina e alcançam sua maturidade nas duas últimas décadas no país. Nesse processo constata-se um silêncio, na pauta de investigações da área, em torno de temas voltados para identificar a existência ou não de influência religiosa — das várias Igrejas e seitas religiosas — no Serviço Social na contemporaneidade.

Embora a dimensão religiosa tenha sido remetida para a vida privada dos sujeitos, não significa necessariamente a ausência de sua interferência nas condições que circunscrevem o exercício profissional, envolvendo sejam as entidades filantrópicas religiosas empregadoras, sejam os usuários e/ou os(as) assistentes sociais. Em um ambiente cultural onde os irracionalismos de vários naipes são cultuados — no contraponto à razão crítica —, investigar e polemizar o tema pode ser uma provocação ao enriquecimento da análise crítica do perfil dos agentes profissionais na atualidade.

História do Serviço Social na América Latina constitui uma leitura indispensável a todos aqueles — profissionais, professores e estudantes de Serviço Social e áreas conexas — que reconhecem a importância da pesquisa histórica para

3. Cf. DURKHEIM, E. “Prefácio à Segunda Edição”. In: *A Divisão do Trabalho Social*. Vol. I. Lisboa, Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, p. 7-42.

o desvendamento dos processos sociais e, em particular, da profissão na sociedade presente e sua recriação no jogo das forças sociais.

Este livro é parte de um movimento crítico latino-americano que vem impulsionando a construção de um novo projeto ético-político do Serviço Social, comprometido com o aprofundamento da democratização da sociedade presente: da economia, da política e da cultura, no horizonte da emancipação humana. Como dizia o poeta, “*O homem é um ser futuro. Um dia seremos visíveis*” (Murilo Mendes).

Finalmente, importa dizer, estou apresentando o trabalho de um amigo de mais de duas décadas: daquelas convivências que se mantêm vivas e presentes, mais além do tempo e da distância, no percurso de caminhos distintos, construídos nas manhas da vida. Amizade que vai edificando pontes sobre estradas e oceanos, permitindo cultivar a alegria do convívio. Manuel Manrique foi companheiro de uma rica experiência de pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, junto com Raul de Carvalho e Alejandrino Maguiña, amigos também descobertos no convívio desse trabalho no CELATS, nos finais dos anos 70, sob a competente direção de Leila Lima. Em vista de tudo isto, foi com enorme prazer que recebi o convite de partilhar com o autor essa quinta edição de seu livro no Brasil.

Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Marilda Villela Yamamoto

COMENTANDO...

Este livro de Manuel Manrique Castro, produto autônomo no bojo da pesquisa da história do Serviço Social na América Latina que o CELATS patrocinou recentemente, merece um destaque especial entre todos os títulos similares.

A relevância do texto (cujos quatro capítulos têm uma configuração nitidamente ensaística) não reside apenas no seu objeto, mas na modalidade do tratamento a que ele é submetido. Manrique, operando no horizonte da continentalização do Serviço Social, soube ultrapassar o equívoco do relato imanente (a crônica profissional em si mesma) e a generalidade da impositação historiográfica ou sociológica (a profissão como derivada da contextualidade). Todo o seu esforço incidiu na conjugação de um vetor explicativo com outro compreensivo, como recomendava o injustamente esquecido Goldmann, buscando uma aproximação onde a presença das mediações não alude ao desenho da totalidade.

Resulta deste jogo heurístico a superação de não poucas contrafações que freqüentam inclusive páginas renovadoras — Manrique põe na conveniente lixeira coisas tais como “o Serviço Social como reflexo” e quejandos. A desmistificação que realiza, entretanto, não é retórica: funda-se em análise percuciente e cimentada num recurso adequado às melhores fontes. Conseqüência: Manrique encontra o ponto arquimédico a partir do qual a relação entre história e profissão pode ser dialetizada, sem que nenhum dos parceiros da conexão seja vítima de armadilhas preconcebidas.

Os protagonistas da cena — a Igreja católica, os Estados da nossa América miserável, os movimentos das lutas de classes, o imperialismo e suas agências, o Serviço Social e seus profissionais — aparecem com suas determinações peculiares. Suas confluências — um contraditório amálgama que transita do humanitarismo (o apóstolo) à ingenuidade e à picaretagem teórico-política (o agente de transformação) — surgem delineadas e com rostos próprios, no lento e doloroso processo de institucionalização profissional. Nem condenação política, nem juízo moralizante: Manrique franqueia a fronteira do necessário conhecimento histórico.

Nós podemos, até, dessolidarizarmo-nos de algumas das soluções de Manrique. Mas é compulsório o reconhecimento de que ele conseguiu propor, com invulgar justeza, os termos exatos do problema — e este, conve-nhamos, é um raro elogio a um livro que tematiza o Serviço Social.

José Paulo Netto

ADVERTÊNCIA DOS TRADUTORES

Lamentavelmente, e por razões sobejamente conhecidas, no Brasil as traduções em geral, e particularmente as de textos de Serviço Social, não se destacam pela qualidade. No caso específico do Serviço Social, com os óbices genéricos concorrem outros, mais peculiares, que vão desde a ausência dos assistentes sociais no processo da versão à incúria editorial.

A tarefa que assumimos, de transladar ao vernáculo este significativo ensaio de Manuel Manrique Castro, tem a expressa pretensão de contrapor-se ao padrão vigente. Empenhamo-nos por fornecer ao leitor uma versão produzida com rigor profissional, sem conceder ao facilitismo estilístico. A estrita fidelidade à escritura de Manrique parametrou a empreitada: atribuiu-se o privilégio à correspondência conteudística, embora tudo se tenha feito para não violentar a forma. Forma essencial em Manrique que, para além das qualificações teóricas e intelectuais de que se aperceberá seguramente o leitor, é dono de um estilo límpido e sólido — e que procuramos fazer chegar ao público brasileiro com um mínimo de refrações.

Deve o leitor, porém, ser advertido sobre dois pontos. Primeiro: uniformizamos a nomenclatura que, em Manrique (como em vários analistas do processo da profissão), é dúplice — traduzimos sempre *Servicio Social* e *Trabajo Social* por Serviço Social; não ignoramos, obviamente, o matiz de ruptura, diferenciador e polêmico, que a distinção original abriga; entretanto, optamos por não violar a terminologia convencional firmemente encravada no universo de comunicação dos assistentes sociais brasilei-

ros.* Segundo: foi-nos absolutamente impossível cotejar as citações com as fontes, o que seria particularmente desejável quando o autor recorre à documentação produzida no Brasil.

Consignadas estas reservas — e salientando que a edição brasileira sai enriquecida com um prólogo especialmente redigido por Carlos Urrutia, peruano como Manrique e, como este, representativo do que há de mais inquieto e criativo na vanguarda intelectual andina —, entendemos que só nos resta encarecer ao leitor o cuidado crítico para, deparando-se com eventuais equívocos que porventura escaparam ao nosso crivo, contribuir para expurgá-los numa ulterior reedição.

* Somente no Capítulo I, quando Manrique faz alusão a autores que trabalharam a periodização profissional, mantivemos — por ser ineliminável — a distinção entre Serviço Social e Trabalho Social.

PRÓLOGO À EDIÇÃO BRASILEIRA

A gênese do Serviço Social na América Latina constituiu uma preocupação permanente dos estudiosos empenhados na compreensão da inserção desta profissão no denso tecido das relações de poder entre os grupos sociais. Precisamente a esta problemática Manuel Manrique Castro dedicou dois anos de trabalho, e este livro, agora vertido ao português, é a resultante da sua pesquisa.

Por muitos anos prevaleceu a tese de que o Serviço Social, na América Latina, era um simples prolongamento do evoluir da profissão na Europa. Manuel Manrique Castro distancia-se desta linha interpretativa, salientando o papel que a realidade social e política interna de cada país jogou na conformação peculiar das condições do exercício profissional. Seguindo o processo histórico no Chile, no Brasil e no Peru, o autor identifica o Serviço Social como uma resposta à evolução particular do capitalismo nestes países, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das lutas sociais pelo controle do poder político.

Neste marco explicativo, Manrique reafirma as influências européia e norte-americana, mas inserindo-as, para colimar uma melhor compreensão, no largo processo de dominação estrutural e de subordinação política da América Latina. Assim, propõe um quadro conceitual em que interagem tanto os determinantes sociais contextuais como a natureza particular do Serviço Social, na configuração do perfil ou identidade profissional — configuração que só pode ser entendida em contraposição a determinações uni-

laterais que acentuam, de um lado, os aspectos sociais e, doutro, as características profissionais.

Um dos pólos da interação é a vinculação entre a Igreja e o Serviço Social, que imprime o selo do *apostolado* na profissão, desde as protoformas da sua emergência nesta parte do continente. O estudo oferece a compreensão de uma dinâmica nesta relação, caracterizada pelas contínuas adaptações das instituições católicas, continentais e nacionais, aos vaivéns sociais e políticos da região. É a partir deste movimento que se localiza uma vinculação orgânica da Igreja com o Serviço Social, em seus primórdios, e que, no curso destas décadas, se foi diluindo até quase desaparecer totalmente, ainda que deixando um forte vinco ideológico, recolhido nas formas mais “apostólicas” do exercício profissional.

É preciso reconhecer que o caráter do “espaço profissional” é dinâmico, possuindo um movimento que estabelece correlações de forças de acordo com os desenvolvimentos das profissões no interior da formação profissional, entendida esta como uma abstração da formação social. A inserção do Serviço Social no meio concreto em que opera é como a ocupação de um território habitado por outras profissões e ofícios, gerando-se a conseqüente pressão pela delimitação do “espaço” próprio. Já se insistiu suficientemente sobre a inexistência de espaços vazios — aduzamos, apenas, que esta superpopulação dos mesmos só pode se dar sob a forma de presenças conflituais ou complementares, mas nunca neutras.

As instituições diversas, que também se inserem em dinâmicas similares às descritas, constroem espaços de ação estabelecendo relações horizontais com outras instâncias da sociedade e participam, como as profissões, das correlações de forças que nela operam. A Igreja e o Serviço Social se encontraram no interior desta luta por ganhar densidade, junto à legião de fatores que concorriam no resguardo da ordem vigente. Eis o que explica tanto o selo apostólico quanto esta particular concepção assistencial que presidiram originalmente a identidade do Serviço Social. Sob este signo, o devir da profissão acompanharia o ritmo do desenvolvimento da dominação capitalista, vendo-se inevitavelmente confrontado com as conseqüências da guerra que terminou em 1945.

O desenvolvimento de comunidade, como técnica ou campo da intervenção profissional, merece sérias reflexões do autor. O esforço para inserir esta orientação num contexto que lhe atribua sentido permite identificar

no período posterior à Segunda Grande Guerra as condições e os interesses que a dinamizaram. Os organismos internacionais da época, impulsionados pelo triunfante Estado norte-americano, jogaram enorme influência na formação e na prática dos assistentes sociais latino-americanos, procurando reorientar a profissão para as novas condições de desenvolvimento capitalista na região. O desenvolvimentismo foi o marco adequado para esta nova corrente, embora, quer no seu discurso, quer na sua prática, não tenha podido incorporar coerentemente as particularidades nacionais, basicamente pela sua pretensão de colocar-se acima das lutas de classes e pela negação do caráter antagônico dos interesses em conflito.

O desenvolvimento comunitário, no entanto, teve um papel fundamental na conversão do *apóstolo* em *agente de transformação*, ou seja, do cruzado da caridade no profissional envolvido pela problemática coletiva do bem-estar social. É a partir desta nova identidade que começa a tomar corpo a reflexão alternativa, que se manifestará posteriormente no processo conhecido como *reconceptualização* — crítica implacável dos fundamentos mesmos da profissão.

A reconceptualização é um capítulo imprescindível na compreensão da história da profissão. Com Manrique, poderíamos falar de sucessivas construções do espaço profissional conforme sucessivos momentos históricos. A crise do desenvolvimentismo e seus grandes projetos para a América Latina (como a Aliança para o Progresso) resulta dos episódios de sublevação popular em diversos países da área durante toda a década de sessenta. Refletindo tudo isto, as ciências sociais tomam uma nova orientação, que justamente questiona as bases do Serviço Social. Esta combinação de uma nova atitude popular e uma nova compreensão científica da vida social causa um grande impacto nas gerações mais jovens de assistentes sociais, que demonstram uma notável vitalidade para colocar em questão a sua própria identidade profissional. A reconceptualização é o produto desta particular etapa da história latino-americana, que transforma a profissão quando tenta dotá-la de um marco científico de base para redefini-la, mesmo que reduzindo o Serviço Social a uma disciplina sem viabilidade profissional concreta.

O impacto sobre a identidade profissional se faz sentir logo nos primeiros passos da reconceptualização. A contradição entre o “apóstolo” e o “agente de transformação” parece evoluir para uma nova contradição, entre o “promotor social empregado” e o “cientista da revolução social desem-

pregado”. Os anos setenta são ricos na incorporação da crise econômica e do refluxo popular, bem como da crise do metodologismo nas ciências sociais, abrindo uma nova etapa na delimitação do espaço profissional do Serviço Social, ainda hoje em construção.

Manrique recorre ao fio histórico do seu trabalho para colocar um problema central ao Serviço Social, como disciplina e como exercício profissional: a ausência de um objeto de intervenção específico e de uma base própria de conhecimentos científicos e teóricos que sustentem sua prática — assinalando, pois, o eixo da vulnerabilidade da profissão em face das mudanças nas correlações de forças sociais e políticas em nosso continente.

No capítulo referente ao Brasil, Manrique revela uma notavelmente correta assimilação dos problemas do país, resultado do trabalho em equipe realizado com vários colegas assistentes sociais brasileiros, no curso da investigação de que este livro é mais um fruto.

A tradução, sob a responsabilidade de José Paulo Netto, garante uma impecável apresentação a este livro, dadas as suas reconhecidas qualificações intelectuais e seu rigoroso domínio do tema.

Carlos Urrutia Boloña

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO PERUANA

O texto de Manuel Manrique Castro, que agora divulgamos, é um novo resultante da investigação patrocinada pelo CELATS (Centro Latinoamericano de Trabajo Social) sobre a História do Serviço Social, pesquisa de que também participaram Marilda Villela Yamamoto, Raul Carvalho e Alejandrino Maguiña.

O trabalho de Maguiña, publicado sob o título *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social: Peru, 1896-1979*, propôs-se “capturar os vínculos existentes entre a história social peruana e o processo de gestação e desenvolvimento da profissão no Peru, privilegiando permanentemente os momentos decisivos, as crises, as mudanças, as inflexões etc.”, bem como estabelecer uma reconstrução do processo real, com suas determinações e projeções.

Por sua vez, a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, co-editada por Cortez Editora — São Paulo/CELATS — Lima, condensa os esforços de Marilda e Raul. Na sua primeira parte, elaborada por Marilda, o objetivo, segundo a própria autora, é explicitar o desenvolvimento da lógica que preside a concepção referente à reprodução das relações sociais, constituindo um empenho sistemático de leitura dos clássicos para recuperar a dimensão totalizante da teoria e do método, vistos como indissolúveis. A segunda parte, da lavra de Raul, fundando-se na concepção teórico-metodológica desenvolvida por Marilda, procura resgatar os traços relevantes da história do Serviço Social no Brasil.

O trabalho de Manuel Manrique Castro, por seu turno, é autônomo — embora vinculado aos anteriores — e conclui a trilogia. À diferença dos outros, busca situar a sua reflexão tendo como moldura o horizonte continental, vale dizer, assinalando o surgimento e o rumo das tendências e influências principais que caracterizaram o desenvolvimento da profissão na América Latina. Daí a ênfase no estudo da Igreja católica e o debate estabelecido com a proposta desenvolvimentista respaldada pelo Estado. Deste modo, e superando os limites de um relato centrado apenas na evolução imanente, este livro nos oferece (sempre a partir da experiência concreta) uma análise do Serviço Social *na história* ou, se se quiser, sob a ótica da própria história social do continente.

Por isto, esta obra não é somente mais uma resultante derivada das nossas investigações. Produto de um processo, é, simultaneamente, um ponto de partida e um convite a uma nova fase de busca e reflexão. E cabe assinalar aqui o duplo mérito de Manuel Manrique Castro: além de responder pela coordenação do grupo de pesquisadores que participou desta etapa da nossa investigação, ele agora aporta aos assistentes sociais a sua contribuição pessoal à necessária e desafiante tarefa de compreender a natureza da nossa profissão enquanto prática histórica e social.

É pertinente expressar a Manuel Manrique Castro o nosso reconhecimento pelo seu apoio às inúmeras tarefas desenvolvidas no âmbito institucional do CELATS. Extrapolando os limites das suas funções, este pesquisador, incansavelmente, propôs novas idéias e iniciativas, todas dirigidas a ampliar as nossas perspectivas, a ultrapassar impasses e a projetar o trabalho institucional. Por sua solidariedade e comprometimento pessoais, fazemos constar aqui, uma vez mais, nosso agradecimento institucional a Manuel Manrique Castro.

CELATS,
Área de Comunicações

— As obras citadas nesta *Apresentação* estão devidamente arroladas na bibliografia que o leitor encontra ao fim deste volume. *N. do E.*

INTRODUÇÃO

“... Quero exaltar um dos mais excelsos méritos que reconheço na obra das Assistentes Sociais. Seria inútil a atividade que efetuam para desenvolver a sua missão e escassa ou nula a eficácia da sua preparação se elas não fossem mobilizadas por algo que transcende o simplesmente intelectual ou executivo — esse algo que reside no fundo das almas. O segredo do sucesso do Serviço Social radica no espírito cristão que lhe dá forma. Sinceramente, como disse no início, creio que o Serviço Social é uma forma atualizada da caridade cristã, uma realização das obras misericordiosas que conhecemos desde crianças. Elas são a melhor síntese que a Assistência Social pode fazer da sua doutrina para amenizar a dor: obras espirituais e obras materiais. Visitar o enfermo, alimentar ao faminto, vestir ao que não tem roupa, mas também ensinar ao que ignora, consolar ao triste e aconselhar ao desorientado. É no exercício destas tarefas que se fundará o êxito de sua missão.”

Com tais palavras, em novembro de 1947, o Presidente da República do Peru, José Luis Bustamante y Rivero, concluía o discurso de abertura do Primeiro Congresso Nacional de Assistência Social. A sua intervenção expressava fielmente o caráter predominante do Serviço Social em um largo período, cujo auge já prenunciava, inevitavelmente, uma nova etapa na história da profissão.

Naqueles anos, era cada vez mais evidente a influência norte-americana e as suas propostas de trabalho com grupos ganhavam crescente audiência. De fato, terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos

implementavam, para consolidar a sua hegemonia sobre o mundo, uma estratégia múltipla, em cujo interior ocupava espaço privilegiado a internacionalização dos seus valores. Com o predomínio norte-americano sobre a sociedade e a economia latino-americanas, sobreveio simultaneamente uma vaga de secularização mais afeta ao Estado; derivada dos eixos do pragmatismo e da concepção anglo-saxônica da filantropia cristã, ela deveria defrontar-se com a tradição caritativa e a fé católicas enraizadas fundamente no Serviço Social e na consciência de sociedades centenariamente colonizadas pela cruz e a espada espanholas.

Na seqüência desta secularização, como sua expressão, vieram em seguida a organização e o desenvolvimento da comunidade. Assim, ao longo de vários anos, a proposta desenvolvimentista para a intervenção profissional foi, progressivamente, calçando seu predomínio, até se situar como o próprio núcleo das coordenadas do Serviço Social. Finalmente, entre os últimos anos da década de sessenta e os primeiros da década de setenta, emergiu um movimento eminentemente contestador, recusando o passado profissional e exigindo — mais que propondo — uma translação no objeto, nos objetivos, nos métodos e nas técnicas do Serviço Social. Um movimento que, em suma, advogava a construção de uma nova identidade profissional.

O trabalho que agora apresentamos pretende, exatamente, refletir sobre as fases e o rumo deste complexo itinerário histórico. As idéias orientadoras desta pesquisa estão explicitadas no texto em que, com Marilda Vilela Yamamoto, definimos um projeto de investigação;¹ ali, salientávamos que apreender o significado real e os efeitos da prática dos assistentes sociais ao longo da história supunha inserir seu estudo no interior de relações sociais historicamente determinadas, ou seja, dentro das quais o Serviço Social desenvolveu sua prática específica, respondendo organicamente às exigências da divisão social e técnica do trabalho.

No *Capítulo I*, formulamos um conjunto de reflexões sobre os enfoques mais utilizados para o estudo da história do Serviço Social, reafirmando nossa proposta metodológica para a caracterização da profissão a partir do ângulo das relações de classe e dos compromissos assumidos pelo Serviço Social ao largo da sua história.

1. Cf. “Hacia el Estudio de la Historia del Trabajo Social en América Latina”, in: *Acción Crítica*, n. 5, Lima, 1979.

O *Capítulo II* debruça-se sobre a análise do papel da Igreja católica no Serviço Social e, particularmente, nos primeiros anos da sua institucionalização profissional. Enfatizamos, especialmente, duas encíclicas, a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, pelo singular impacto que tiveram nos momentos iniciais da profissão.

No *Capítulo III*, esforçamo-nos, com óbvias limitações, para compreender as determinações sociais e políticas que emolduraram o surgimento das primeiras escolas católicas de Serviço Social no Chile, no Brasil e no Peru.

O *Capítulo IV* volta-se para a investigação da influência desenvolvimentista sobre o Serviço Social, da política expansionista norte-americana (acentuada depois de 1945) aos umbrais da Reconceptualização.

Como o leitor pode perceber, este trabalho se ocupa de um período extenso e de problemáticas variadas e complexas, muitas das quais pouco estudadas. Apresentando a nossa contribuição à análise, insistimos em que estamos convencidos de que a reconstrução da história do Serviço Social será resultado do esforço coletivo, a que devem somar-se muitos outros contributos numa tarefa que, por outro lado, já conta com valiosos aportes, mercedores de constante revisão e recuperação — sem o que uma empresa deste gênero perde a sua necessária perspectiva polêmica.

Ocupando-nos deste tema, o interesse pelo passado foi dirigido para extrair lições dele, para respaldar um olhar voltado para o futuro — como diz Chesnaux, o presente só reclama o passado em função do futuro: ele pode nos ajudar a compreender melhor a sociedade em que vivemos hoje, a saber o que defender e preservar e, no nosso caso específico, a equacionar e ultrapassar os óbices que desafiam o Serviço Social contemporâneo.

Já assinalamos que este trabalho se iniciou como uma valiosa experiência coletiva que compartilhamos intensamente com Marilda Villela Yamamoto, Raul Carvalho e Alejandrino Maguiña, que nos brindaram, além do calor da sua amizade, com inesgotáveis sugestões e idéias que incorporamos nas páginas que se seguem. Em especial, destacamos o apoio infatigável e paciente de Alejandrino Maguiña, que nos permitiu a conclusão deste livro.

Também queremos agradecer particularmente ao CELATS, cuja direção nos facultou, com estímulos concretos, a elaboração do trabalho e, ainda, à direção do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que nos propiciou o uso de seus preciosos arquivos e colaborou

permanentemente com a equipe de investigação. Merecem menção, igualmente, as colegas brasileiras que integraram os Grupos de Apoio à Investigação — com o sacrifício de suas obrigações, elas nos ajudaram ponderavelmente.

Sem deixar de fazer o registro das pessoas que opinaram sobre o projeto de investigação — com destaque para Leila Lima, por seus comentários e críticas —, assinalamos, enfim, a diligência e a correção de Verónica Abanto, que, mais uma vez, incansavelmente, cuidou dos originais.

Manuel Manrique Castro

CAPÍTULO I

EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL: CONDIÇÕES HISTÓRICAS E ESTÍMULOS

Quando surge o Serviço Social no continente latino-americano? Que forças concorrem na sua gênese? Que mudanças fundamentais se produzem em seu desenvolvimento ou, dito de outra forma, quais as grandes etapas por que se definiu o Serviço Social em nosso continente?

Estas e outras perguntas similares tornam-se incontornáveis quando se procura ordenar e explicar as matrizes centrais da profissão em nossos países. Realmente, se revisamos os principais esforços voltados para esta direção, tais perguntas aparecem reiteradamente e se pode constatar que é em torno delas — e das suas respostas — que se constrói boa parte do debate que penetra a história da profissão.

No entanto, há que ressaltar que existem formas alternativas de questionar a origem e as mudanças da profissão. Além de indagar sobre o surgimento do Serviço Social em algum ponto do continente — todos sabem que a primeira escola, Alejandro Del Río, fundou-se no Chile, em 1925 —, pode-se investigar a emergência de um Serviço Social “chileno”, “peruano”, “argentino” etc., com marcado cariz nacional ou, ainda, o aparecimento do Serviço Social “latino-americano”, isto é, o momento em que a profissão

se “latino-americaniza”, adquirindo um perfil, um caráter, uma genérica condição latino-americana e um horizonte comum. Isto ocorre desde os primeiros instantes continentais da profissão? Na escola criada no Chile e inspirada por René Sand existia um aspecto chileno ou um componente latino-americano, subordinado ou submetido às premissas européias e ao modelo cultural “ocidental e cristão”? Como e através de que processos, pela intervenção e mediação de que forças, tais aspectos e componentes dominados se fortaleceram? Seu crescimento passou também por etapas diferenciáveis? Desde quando se pode dizer, por exemplo, que o Serviço Social vai se tornando “nacional” ou “latino-americano”— se é que isto ocorreu —, ou desde quando se pode verificar que tanto aponta quanto rumo para estas metas?

Redefinidas assim as perguntas inicialmente assinaladas, revela-se que todas se *acompanham*, inevitavelmente, de uma perspectiva analítica. Ou seja: não são perguntas neutras, passíveis de serem dissociadas da essência das respostas que suscitam. Ao contrário, parte das respostas — ou a sua totalidade — já se contém nas próprias perguntas. Observando-as, comprovamos que seu desdobramento não só remete à existência de ordens ou níveis da realidade distinguíveis entre si, embora constituintes de um mesmo processo que se mostra unitário em seu desenvolvimento — antes, postula estas ordens ou níveis. Assim, a perspectiva analítica implícita está contida na oposição de conceitos do tipo “nacional” e “antinacional”, “latino-americano” e “antilatino-americano”; e, se se ampliasse ou se se fizesse mais exigente o desdobramento em questão, poder-se-ia reproduzir o bloco de perguntas dentro de pólos tais como o “popular” e o “antipopular”, o “proletário” e o “burguês” ou, mais ainda, combinar hierarquicamente estas polaridades no interior de uma concepção teórica mais definida. Por exemplo, poder-se-ia perguntar desde quando existe, no continente, um Serviço Social de signo popular ou de caráter proletário? Ele existe realmente? Pode existir? Que forças jogam a seu favor e contra ele? Em síntese: qual a dialética social que organiza o processo da profissão, na sua gênese e nas suas sucessivas transformações?

Verifica-se que o elenco de perguntas, formalmente as mesmas, pode ser multiplicado. Vale dizer: o conteúdo das respostas será modificado e diverso se as perguntas postulam implicitamente a existência real ou virtual de um Serviço Social alheio às determinações sociais ou se, em troca, elas postulam a existência de especificidades culturais que nacionalizam ou regionalizam um mesmo corpo técnico-profissional. E será tanto mais di-

verso se os supostos metodológicos ou teóricos se complexificam e desdobram pela análise, já que é por meio deles, em última instância, que uma determinada colocação adquire sentido e coerência. Daí que, na análise das várias explicações que se oferecem sobre a “mudança” — de algo para algo, sua determinação, sua produção —, a tarefa fundamental reside na revelação da estreita relação que elas mantêm com uma determinada teoria. Ou seja: o problema é situar a polêmica no nível dos supostos teóricos que subjazem a qualquer discurso.

Iniciando a polêmica e apanhando diretamente a nossa problemática, vemos que os textos mais apreciados e difundidos referentes às origens do Serviço Social no continente — em particular, sobre o começo do seu ensino superior, dentro ou fora do âmbito universitário — partem de definições determinadas ou se remetem à idéia de um simples prolongamento dos desenvolvimentos que a profissão alcançara na Europa.

Tais desenvolvimentos, afirma-se, apresentaram-se em nossos países como o mero desdobramento de propostas de ação, textos, documentos ou experiências acumuladas por viajantes latino-americanos no Velho Mundo. Apela-se a este procedimento única ou essencialmente para entender como e porque se desenvolveu na América Latina aquela gama de atividades que, na Europa, já possuía longínquos antecedentes. Assim, menciona-se pouco ou nada dos precedentes remotos que a profissão teria em nosso mundo — que, na nossa ótica, poderíamos denominar prefigurações ou protoformas —, bem como daquela realidade social e política interna que, à época, operava para dar origem a esta específica modalidade de divisão técnica do trabalho.

Nos textos mais conhecidos pelo tratamento do problema histórico, como o de Ander Egg — que, no prólogo do seu livro, assinala que seu trabalho não é mais que um “conjunto de observações, notas e um guia de referências para uma história do Serviço Social”¹ —, lê-se, por exemplo:

“...1925 pode ser considerado como o ‘ano de nascimento’ do Serviço Social profissional na América Latina, já que marca a criação da primeira escola da especialidade num país latino-americano. Desde o seu nasci-

1. Ander Egg, E. (com a colaboração de E. Cassineri, L. Fernández, A. Parisi e J. Barreix). *Del Ajuste a la Transformación: Apuntes para una Historia del Trabajo Social*. Buenos Aires, Ecro, 1975.

mento, o Serviço Social latino-americano recebeu forte e decisiva influência externa. Não é surpreendente que a sua concepção tenha sido, basicamente, a de um mero reflexo. Entre 1925 e 1940, aproximadamente, foi tributário da Europa, em especial sob o influxo belga, francês e alemão; a partir de 1940, passou a ter o exclusivo selo norte-americano”.²

A passagem contém várias afirmações. Mesmo que não as discutamos imediatamente, convém destacá-las separadamente. De início, afirma-se que em 1925 nasceu (1) o Serviço Social (2) profissional (3) na América Latina (4), quando se cria a primeira escola (5) num país do continente (6), dando origem ao Serviço Social latino-americano (7) — não só através de uma forte e decisiva influência externa (8), mas como mero reflexo (9), sucessivamente, do Serviço Social belga, francês e alemão (10) e, depois, norte-americano (11), sendo assim seu tributário nesses períodos distintos (12).

Barreix, por sua vez — e sem buscar expressamente um distanciamento de Ander Egg, com quem colaborou no texto antes citado —, explica o mesmo processo enfatizando outros elementos:

“Em 1925 começa a funcionar em Santiago do Chile a primeira escola de Serviço Social... fundada pelo Dr. Alejandro Del Río. O fato de que a primeira escola de Serviço Social da América Latina tenha sido criada por um médico é de fundamental importância. Nesta época, os médicos já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos que, sob sua absoluta dependência e direção e dando-lhes estrita conta dos seus afazeres, complementariam a função propriamente médica... Médicos com esta mentalidade... puderam perceber... que contariam com outro componente nesta equipe de subprofissionais...”³

Tomando apenas as afirmações adicionais de Barreix, podemos prolongar a série anterior com os seguintes elementos: na América Latina, o Serviço Social surge como subprofissão (13), subordinada à profissão médica (14), porque os médicos — especificamente Alejandro Del Río — procura-

2. Ander Egg, E. Op. cit. p. 191.

3. Barreix, J. “Historia del Servicio Social. Esquema Dialéctico para su Elaboración e Interpretación”. In: *Hoy en el Trabajo Social*, n. 19-20, Buenos Aires, Ecro, p. 23-24.

vam elevar sua eficiência e rendimento (15), integrando-a à série de outras subprofissões já existentes (16). Logo, o mesmo ocorrerá com os advogados (17) e, em seguida, não só os profissionais, mas as próprias instituições de beneficência etc. (18) passarão a estimular o desenvolvimento do Serviço Social:

“... As assistentes sociais, concluído o seu curso, não ficaram restritas ao trabalho com médicos e advogados; as instituições de beneficência, de caridade e de filantropia existentes entre nós... mostraram-se-lhes um excelente campo de trabalho. A tais instituições, que tinham por objetivo ‘fazer o bem por amor a Deus’, as Assistentes Sociais incorporaram o desejo de ‘fazer bem o bem.’ ”⁴

Na tentativa de diferenciar etapas, os dois autores que citamos distinguem três fases sucessivas: a Assistência Social, o Serviço Social e o Trabalho Social. Para Barreix, a etapa da Assistência Social caracteriza-se pelo projeto de fazer o bem com o auxílio da técnica; o Serviço Social, em troca, seria aquela forma de ação social que enfatiza, antes de mais nada, a prevenção dos desajustes. Segundo Ander Egg, a etapa beneficente-assistencial (Assistência Social) não é mais que o exercício técnico da caridade, ao passo que o Serviço Social se comporia fundamentalmente de

“preocupações técnico-científicas, de elevação do estatuto profissional, de psicologização do marco teórico referencial e de tecnicismo pretensamente neutro e asséptico”.⁵

Se examinarmos como um todo as dezoito afirmações anotadas e a diferenciação que ambos os autores estabelecem para a evolução da profissão no continente, verificamos que é constante a seguinte matriz teórica:

1. que o surgimento e o desenvolvimento da profissão se explicam a nível superestrutural e pela intercorrência de forças derivadas deste âmbito (o modelo proposto no exterior, outras profissões, influência de personalidades esclarecidas etc.), sem que sejam apreendidos, nuclearmente, a partir da estrutura material de base (desenvolvimento de forças produtivas, modo de produção, relações entre classes etc.); esta última, quando invocada, não integra a essência mesma do discurso;

4. Barreix, J. Op. cit. p. 24-25.

5. Ander Egg, E. Op. cit. p. 197.

2. que tal surgimento e desenvolvimento ocorrem por determinação de fatores “externos” à sociedade latino-americana, como se estes operassem eficientemente por si sós, tanto sem a mediação quanto sem o encadeamento interno do processo histórico de nossos países, no qual se define a polaridade com o imperialismo enquanto estágio do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial;
3. que esta perspectivação é sustentada mecanicisticamente, recorrendo-se a uma simplificação da teoria do reflexo e anulando-se a dialética específica do processo histórico, contraditório e mutável.

Do enquadramento da análise nesta matriz metodológica derivam outras limitações destas argumentações. No conjunto de citações que fizemos, verdades parciais se justapõem e se negam. Por exemplo: por um lado, afirma-se que em 1925 nasceu o Serviço Social profissional e, por outro, sustenta-se que naquela data surgiu como subprofissão. E se pode indagar: em 1925, nasceu a profissão na América Latina ou nasceu o Serviço Social latino-americano? — de fato, ambas as assertivas estão contidas na mesma frase. Como pôde nascer o Serviço Social *latino-americano* se este foi, por largos anos, um mero reflexo do Serviço Social europeu e, depois, do norte-americano? Há fundamento na afirmação segundo a qual a criação de uma escola dá início a uma profissão? Que papel desempenha a prática que a precedeu e sucedeu? Ou ainda: é legítimo afirmar que o surgimento de uma profissão num país significa a sua emergência numa dimensão latino-americana? E mais: que relação existe entre as fases de dependência européia e norte-americana e as etapas da Assistência Social e do Serviço Social?

Nossos autores oferecem uma linha explicativa desvinculada da realidade latino-americana e seu processo de desenvolvimento quando se referem às duas primeiras etapas. Seus esforços interpretativos remetem às condições prevalecentes na Europa quando surgem as chamadas formas de ação social. Escreve Ander Egg:

“... Ao lado da indiscutível prosperidade que se registra no século XIX e da acumulação crescente de riqueza pela classe possuidora, começam a preocupar algumas conseqüências que afetam aos despossuídos. A atenção aos pobres e desvalidos, durante a época da expansão capita-

lista, surge principalmente nos ambientes cristãos (protestantes e católicos), implicando que a assistência social que se organiza então se assemelhe àquela desenvolvida na Idade Média”.⁶

Para localizar os precursores da Assistência Social, Ander Egg volta-se a São Vicente de Paulo, William Booth (fundador do Exército da Salvação) e Thomas Chalmers (criador da Igreja Presbiteriana Livre da Escócia). Quanto a Barreix, argumenta:

“... Nos fins do século XVIII, um fato novo sacode o mundo: surge na Inglaterra a máquina a vapor, marcando o início do que se denominou ‘Revolução Industrial’. A máquina irrompe no cenário social e começa a inundar o planeta com os seus produtos. E o primeiro deles é uma nova classe social: a classe operária; entre seus produtos secundários, contam-se a formação dos grandes e superpovoados conglomerados em torno dos centros industriais, a miséria, a exploração... Esta avalanche de problemas sociais fez com que se tornassem irrisórios os meios que, para equacioná-los, apoiavam-se no ‘fazer o bem em nome do bem’. Em face da superação destas formas de ação social, surge (a necessidade) do método, requer-se a técnica”.⁷

Os pontos de vista destes autores estão amplamente difundidos no Serviço Social e foram assimilados, especialmente nos centros de formação, como a história oficial da profissão.

Não podemos nos deter no tratamento dos vários aspectos das suas respectivas argumentações,⁸ uma vez que isto nos obrigaria a desbordar os nossos propósitos. Interessa-nos apenas discutir suas colocações sobre o surgimento da profissão na América Latina.

Tais colocações, salvo nuances secundárias, assentam numa base comum. Seu ponto de partida para entender o que ocorreu na América Latina está na velha Europa. Ambas — com diferente utilização de dados —, na mesma perspectiva, fazem uma larga apresentação da emergência e do posterior desenvolvimento do capitalismo europeu. Depois, em ambas se dá o segundo passo: a exposição das sucessivas modificações nas formas de ação social (recorrendo-se a longínquos antecedentes).⁹

6. Ander Egg, E. Op. cit. p. 129.

7. Barreix, J. Op. cit. p. 17.

8. Por exemplo, a idéia de que o primeiro produto da máquina é uma “nova classe social”.

9. Cf., especialmente, para fundar estas assertivas, a primeira e a segunda partes da obra citada de Ander Egg.

Esta extrapolação, para a América Latina, do fenômeno europeu, próprio de condições particulares do desenvolvimento do capitalismo, bem como sua implementação, opera-se trazendo diversos riscos e conduz a equívocos no tratamento da história do Serviço Social. Uma das conseqüências desta translação da história geral da caridade, da filantropia e das seqüelas concretas derivadas do capitalismo europeu é a afirmação de que o Serviço Social latino-americano deve ser entendido como um mero — ou, segundo Ander Egg, “basicamente” — reflexo daquele.

Realmente, as referências deste autor à evolução histórica européia não recorrem a uma compreensão das classes e suas contradições. Ausente esta compreensão fundamental, ele perde de vista que a fisionomia específica dos processos é posta pelas formas concretas de articulação entre as classes sociais e pelo perfil que o seu confronto constrói. O doloroso processo de configuração do proletariado europeu, embora obedeça à lógica comum que opera universalmente, tem especificidades. A formação dos Estados burgueses, as modalidades que a exploração da força de trabalho adquire, as formas particulares de resistência e organização da classe operária, as camadas médias etc., têm seus traços pertinentes determinados pela maneira como, ao longo do tempo, aquela lógica comum opera na Europa e na América Latina.

O suposto de que o conhecimento do que se passou na Europa — mais ou menos aproximadamente — basta para compreender o processo latino-americano foi transposto também para o caso das chamadas formas de ação social. Ainda aqui, acreditou-se que a extrapolação era legítima.

Diretamente relacionada ao risco metodológico assinalado é a equalização, realizada pelos autores citados, entre a fundação da primeira escola de Serviço Social e a emergência da profissão no continente. Trata-se de uma limitação no entendimento do processo, que é muito mais complexo que a iniciativa, de uma ou várias personalidades, de criar um centro de formação.

A fundação, no Chile, em 1925, de uma escola de Serviço Social inaugura uma etapa nova dentro da profissão, tal como vinha sendo exercida, e representa um novo patamar de institucionalização que se produz com a incorporação do Serviço Social ao espectro das profissões de nível superior. Mencionar este momento como “ponto de partida” pode ser útil para organizar a memória coletiva no plano ritual e simbólico, propiciando aos assistentes sociais do continente um marco de referência para suas comemora-

ções ou para suas reivindicações sobre sua história, contribuição social ou estatuto profissional. Neste sentido — e noutros similares, que devemos saber valorizar —, uma “certidão de nascimento” deste gênero não é desprezível. No entanto, quando se pretende recorrer à análise histórica para compreender o caráter de uma profissão, seus limites, suas possibilidades e para implementar melhor suas contradições internas — neste caso, uma tal perspectiva só confunde.

A criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão. A fundação das primeiras escolas — 1925, Chile; 1936, Brasil; 1937, Peru — apenas revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo quando a profissão começa a se colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático.

Pois bem — em que contexto surge esta necessidade? Ela só transita pela lucidez ou espírito visionário do Dr. Alejandro Del Río? Concretamente, como se articulam os dotes pessoais dos fundadores com os componentes contextuais no interior dos quais o Serviço Social se profissionaliza?

1. Dinâmica de classes e profissionalização do Serviço Social

A resposta a tais questões tem de ser buscada na relação de forças entre as diversas classes sociais e no movimento que ocorre quando elas põem em jogo seus próprios interesses.

Os anos vinte, no Chile, se apresentam como uma etapa histórica decisiva, marcada pela emergência de novas classes sociais sob o estímulo de relações de produção embasadas na exploração de força de trabalho assalariada, no dinamismo do precoce processo de industrialização e na penetração dos capitais norte-americanos como parte de uma estratégia geral de substituição da hegemonia inglesa e de integração das economias latino-americanas ao mercado capitalista.

Neste quadro, as expressões de protesto e os progressos na organização de classe do proletariado — com a influência das idéias socialistas, naqueles anos potenciadas pelo êxito da experiência russa de 1917 — exigiram que o Estado (e, nele, a aliança de classes dominantes), como pilar da hegemonia, articulasse formas de ação para responder às demandas de uma realidade social nova. É óbvio que, nem no Chile nem nos experimentos históricos de

outros países, o confronto de classe se resolveu pacificamente e em benefício do proletariado. O emprego das mais diferentes formas de repressão sempre se combinou com algumas concessões à classe operária e ao movimento popular. Sintonizado a este ritmo social, o Estado adaptava-se à nova situação, conduzido pela aliança de classes que o controlava. A assunção, por parte do Estado, de gastos destinados a melhorar as condições da reprodução da força de trabalho e a aprovação de uma legislação trabalhista evidenciavam uma postura alternativa das classes dominantes.

“A produção chilena de cobre cresceu intensamente a partir da Primeira Guerra Mundial, alcançando 321.000 toneladas em 1929. Este aumento deveu-se, essencialmente, à ação das companhias norte-americanas, que subalternalizaram completamente as antigas empresas nacionais organizadas desde o século passado. Em 1925-29, o Chile já contribuía com 18% da produção mundial de cobre, situando-se imediatamente abaixo dos Estados Unidos.”¹⁰

É claro que estes êxitos econômicos do país foram conseguidos graças a mecanismos que possibilitaram uma intensificação da exploração da classe operária chilena e também o seu crescimento numérico. O significado econômico que a exportação do cobre tinha para o país impunha uma dinâmica fluida às negociações entre o Estado, as grandes companhias norte-americanas e o proletariado mineiro do Chile.

De acordo com Luis Vitale, entre 1860 e 1890, a modernização das empresas agrícolas teve como consequência, e favoreceu, o aumento do proletariado rural em diferentes regiões do país.¹¹ Entre 1908 e 1928 a produção industrial cresceu em cerca de 84%. Justamente no primeiro terço deste século,

“certa parte dos capitais gerados no salitre e no comércio investem-se no campo, originando formas mais desenvolvidas de produção agrícola. A viticultura, por exemplo, difunde-se amplamente; por outro lado, investimentos em obras de irrigação melhoram a capacidade produtiva das explorações.”¹²

10. Furtado, C. *La Economía Latinoamericana, Formación Histórica y Problemas Contemporáneos*. 10ª ed. México, Siglo XXI, 1977, p. 227.

11. Vitale, L. *Interpretación Marxista de la Historia de Chile*, t. IV, p. 68, *apud* Cueva, A. *El Desarrollo del Capitalismo en América Latina*. México, Siglo XXI, 1978. p. 106.

12. Faletto, E. e Ruiz, E. *La Crisis de la Dominación Oligárquica*, *apud* Cueva, A. *Op. cit.* p. 107.

Em seus momentos iniciais, o desenvolvimento capitalista chileno alcançou tal vigor que foi capaz de servir de cenário para o aparecimento da perspectiva nacionalista representada por Balmaceda, com seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

Em 1888, Balmaceda reclamou a industrialização do país à base da exploração, pelos chilenos, das riquezas de Tarapacá. No ano seguinte, pronunciou-se por uma política salitreira contrária aos interesses dos ingleses — propôs a sua nacionalização, através do apoio ao capital nacional. Igualmente, foi partidário e agente da nacionalização das ferrovias da *Nitrate Railways Company* e das ferrovias mineiras do norte, ambas de proprietários ingleses.¹³ A experiência nacionalista foi abortada em 1891, quando as forças oligárquicas e pró-imperialistas promoveram uma sangrenta guerra civil.

Anos antes, no decurso da Guerra do Pacífico, a indústria fabril chilena multiplicou extraordinariamente a produção de roupas, calçados, selas e arreios, pólvora, produtos químicos e farmacêuticos, tonéis, caldeiras para barcos etc. Entre 1870 e 1907, a importação de bens de consumo caiu, em termos relativos, de 89,6% para 48,5%, graças ao aumento da produção da indústria manufatureira doméstica.¹⁴

É desnecessário esclarecer que, sequer remotamente, nós pretendemos apresentar um exaustivo panorama da história chilena, dos finais do século passado e dos princípios deste. Mas é nossa intenção oferecer uma sinopse global das condições que contextualizaram a criação da primeira escola de Serviço Social — a que retornaremos —, acentuando o ritmo do desenvolvimento do capitalismo chileno, que, já no último quartel do século XIX, mostrava seus primeiros indícios industriais. Este processo, como é lógico, trouxe toda a seqüela das conseqüências e males derivados da expansão das relações capitalistas de produção. Miséria, crescimento urbano caótico, migrações de camponeses expulsos de suas terras etc., instauraram o solo fértil e propício para a emergência e a proliferação de agentes encarregados de trabalhar estes fenômenos — agentes entre os quais, naturalmente, contam-se os assistentes sociais. Não é de surpreender que, em tais condições, coubesse a um médico a organização e a iniciativa de fundar uma escola de Serviço Social: à época, médicos, sacerdotes, advogados (e mesmo certo

13. Cueva, A. Op. cit. p. 60.

14. Bambilra, V. *Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. Chile, 1973. Cuadernos CESO, n. 16, p. 30.

tipo de engenheiros) desempenhavam papéis profissionais de grande significado social — e, ainda, muitas funções próprias do Estado tinham seus agentes nos advogados e nos médicos. Os conflitos trabalhistas e a aplicação da legislação pertinente, bem como as expressões do protesto operário, eram tratados pelos advogados. E o problema da saúde era especialmente agudo no momento em que a acumulação capitalista condenava à enfermidade milhares de trabalhadores: a prevenção e a terapia eram precárias, não havia a necessária infra-estrutura e se carecia de um amplo corpo de profissionais — e, basicamente, o capital não estava interessado em responder a estas demandas de caráter social.

As formas prévias de ação, subsidiárias da sociedade oligárquica, entravam em colapso diante de um mundo rapidamente mutável, em que a estruturação de novas relações de produção introduzia modificações qualitativas. Decorrentemente, diversas modalidades de ação social passaram a sofrer alterações substanciais; mudada a perspectiva de sua função, reservaram-se para elas — e este é o caso do Serviço Social — certas tarefas que requisitavam níveis especiais de preparação. Note-se que não se ergue, sobre as formas prévias de Serviço Social, uma nova e moderna modalidade de ação que suprime as anteriores — as formas de ação social não emergem ou sucumbem segundo a vontade dos seus agentes; ao contrário, são objetivações da situação social prevalecente, expressando, à sua maneira, as características das sociedades onde se articulam novas relações de produção. Sociedades em que se processa a dolorosa implantação da implacável lógica do capital, com todas as suas determinações. Este espectro de alterações e da emergência de novas formas de ação social se patenteia — como uma das várias transformações — no caso do Serviço Social.¹⁵

É possível argumentar que o Serviço Social latino-americano, tal como se afirmou, à base da influência concreta que exerceram sobre ele correntes de pensamento e propostas profissionais européias, foi, até o momento em que se deu o salto qualitativo que modificou substantivamente a sua perspectiva, um “mero reflexo” de concepções elaboradas no exterior. Entretanto, limitar-se a esta simples constatação factual é um risco que não podemos deixar passar sem reservas.

15. Vicente P. Faleiros, analisando o processo do Serviço Social latino-americano, oferece idéias sumamente interessantes sobre estas questões. Cf. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. São Paulo, Cortez, 1981.

Se se registra a inserção das idéias e propostas européias na América Latina, isto se verifica sobre o terreno das vinculações estruturais mantidas entre os dois continentes ao longo de séculos. A influência sobre o Serviço Social não é algo exclusivo dele, nem pode ser visualizada como apenas correspondente a uma interação só favorável aos europeus. Um amplo processo de relação estrutural e de subordinação nas distintas esferas da vida social é o substrato das múltiplas formas da influência européia nos mais variados campos e setores de atividade.

Contudo, esta influência não é simplesmente uma abstração. Sua cristalização é constatável aferindo-se o comportamento das classes dominantes, do Estado, da Igreja etc. Para os representantes das nascentes burguesias e, com mais razão, das oligarquias parasitárias, a Europa não era somente o grande empório de mercadorias desejadas — era-o também de idéias e estratégias. E para os governantes, o Velho Mundo constituía o “modelo”, ou padrão de acumulação, de que se poderiam inferir as melhores formas de organização administrativa e de emprego dos recursos públicos.

Em nosso continente, são inumeráveis os exemplos que demonstram, meridianamente, o nível do influxo global da Europa: na arquitetura, na construção civil, na estrutura escolar, na organização do exército e de outras forças repressivas abundam amostras do que ocorreu em outras esferas da atividade privada e pública.

A influência das idéias da Europa na configuração do Serviço Social latino-americano explica-se se se compreendem os nexos de subordinação estrutural (dos quais, para os nossos objetivos, destacamos os de caráter ideológico). Sem esta referência, chega-se a uma verdade parcial que pode propiciar um entendimento equivocado: pode-se situar o denominado reflexo como se ele fosse o produto de uma seleção voluntária em face de um leque de alternativas.

Ora, a nosso juízo, se se recorreu à Europa como modelo para a legislação trabalhista, para a previdência social ou para a assistência pública, foi porque existia uma compatibilidade entre os projetos de classe que algumas faixas das classes dominantes sustentavam e o conteúdo e a mensagem das fórmulas de ação importadas. Era este nível de identidade que criava as condições para que se visualizassem naquelas fórmulas um mecanismo de ação aplicável às realidades de nossos países.

Se se coloca à margem a compreensão do papel das relações de produção e as suas formas específicas de articulação, se se recorre à experiência europeia para entender o nosso continente (e se se pensa que o desenvolvimento do Serviço Social pode ser apreendido como *mero reflexo*) — então se forjam as premissas para apresentar a criação da primeira escola de Serviço Social na América Latina como resultante quase exclusiva da lucidez e do espírito visionário do Dr. Alejandro Del Río.

Reforçar esta linha interpretativa equivale a superestimar a iniciativa pessoal, desvinculando-a do conjunto de determinações que a contextualizam e viabilizam. É óbvio que não partilhamos de um determinismo massificador, que recusa e amesquinha o valor das iniciativas e das capacidades individuais — ao contrário, defendemos uma explicação que as situe na sua verdadeira relevância. Nesta ótica, o Dr. Alejandro Del Río não foi uma individualidade divorciada da dinâmica da sua época. Como médico, e especificamente como iniciador da organização do Serviço Social profissional, movimentou-se no interior de uma concepção de classe que — nos marcos de um projeto de classe mais abrangente — conferia ao Serviço Social determinadas potencialidades de ação.¹⁶ Fora deste enquadramento, numa perspectiva a-histórica, a apreciação de méritos e aptidões individuais conduz à mistificação dos fatos.

2. Periodização e história profissional

Outro elemento dos textos voltados para a história do Serviço Social são as periodizações e classificações que buscam estabelecer apresentações mais sistemáticas e ordenadas do processo evolutivo da profissão. Interessa saber em que medida tais classificações apanham os momentos da evolução profissional, arrancando deles as derivações posteriores. É nesta perspectiva que convém examiná-las, salientando os riscos decorrentes do seu emprego.

16. No Peru, e seguramente em outros países da América Latina, encontramos numerosos exemplos de personalidades a que foram atribuídas — a título quase exclusivo — criatividade e imaginação para cristalizar projetos pedagógicos no plano universitário. Fundadores de faculdades de engenharia e agronomia são objetos de um culto que se nutre de uma visão de História em que as individualidades são eixos em torno dos quais gravitam os acontecimentos.

As classificações, em si mesmas, são recursos metodológicos com que se agrupam, num conjunto, elementos a que se confere algum tipo de unidade. No entanto, a classificação, por sua natureza mesma, não assegura o êxito da empreitada; ao contrário, esforços classificatórios podem revelar-se insuficientes na apreensão do jogo dinâmico da sociedade. No caso da história do Serviço Social, multiplicam-se as classificações — aparecem em livros e artigos de revistas, com níveis diferenciados de correção.

Retornando aos autores já mencionados, podemos notar que seus referenciais metodológicos, na elaboração da história do Serviço Social, contribuem para que a periodização que sugerem se arrisque a não dar conta da realidade.

Barreix constrói uma complexa sucessão de etapas. Começa indicando as formas de ação social, passa à assistência social, depois aos pioneiros, ao período de Mary Richmond e conclui assinalando as escolas sociológica, psicológica e eclética e os métodos de grupo e de comunidade. Ele procura dar uma chancela científica à classificação que oferece, batizando a sucessão de etapas com os termos *tese*, *antítese* e *síntese*. Eis um exemplo do seu procedimento:

“Do confronto da tese ‘fazer o bem em nome do próprio bem’ com a antítese ‘fazer bem o bem’ surge a síntese, que denominamos *pioneira*. Afirmam os pioneiros: — Há que prover de assistência, mas com conhecimentos técnicos, ao carente... Do confronto da tese *pioneira* com a antítese de Mary Richmond surge, como síntese, a chamada *Escola Sociológica*, que predominará até a Primeira Guerra Mundial... A síntese anterior (*Escola Sociológica*), convertida em tese, enfrentar-se-á à antítese que, precisamente, nomeamos *Escola Psicológica* que, com suas duas ramificações conhecidas (diagnóstica e funcional), tanto repercutirá no Serviço Social”.¹⁷

Empregando uma *nomenclatura dialética* — tese, antítese, síntese —, o autor imagina fazer uso da *dialética*. Identificando com aquela diversos acontecimentos relacionados temporalmente a aspectos da história do Serviço Social, ele procede como se um evento, na escala em que é anterior a outro, possa ser tratado como sua tese.

17. Barreix, J. Op. cit. p. 17-19.

Este esforço taxonômico induz a confusões muito sérias: de um lado, pode assemelhar a dialética ao seu modo de aplicação por Barreix; de outro, pode obscurecer a história do Serviço Social, através de uma proposta na qual Mary Richmond comparece como essência de um período, equiparável ao que — na ótica do autor — chama-se Escola Eclética ou Métodos de Grupo e Comunidade.

Em troca, para Ander Egg, a evolução do Serviço Social na América Latina se dá em cinco momentos, articulados em três fases. Na *primeira*, a da Assistência Social, predominariam as concepções beneficente-assistenciais. A *segunda fase* comportaria, sucessivamente, três momentos, delimitados pelo predomínio das concepções para-médica (e/ou para-jurídica), asséptico-tecnocrática e desenvolvimentista. A *terceira fase*, denominada Trabalho Social, teria como suporte uma concepção conscientizadora-revolucionária.

Esta classificação — como já deixamos indicado — mostra-se a histórica, em função dos erros de base apontados antes. Considerá-la a-histórica pode parecer algo severo, se se leva em conta que, na explicação de cada momento ou fase, o autor se refere a eventos históricos. Mas não basta a remissão, por mais minudente que seja, a acontecimentos históricos para garantir uma compreensão histórica dos processos.

No caso de Ander Egg — como, aliás, no de muitos outros autores —, predominam, na explicação da história do Serviço Social, componentes endógenos. A referência à contextualização histórica é justaposta a um discurso sobre o Serviço Social que mantém escassa relação com as indicações globais no interior das quais poderia se desdobrar. Nessas condições, a abundância de dados, cifras e tentativas de sistematização apenas explícita — enquanto situada no nível do episódio — os estreitos limites em que se movimenta a análise.

Outro autor — que também contribuiu na caracterização do processo histórico da profissão —, Boris Lima, sustenta que a evolução do Serviço Social conheceu quatro etapas: pré-técnica, técnica, pré-científica e, enfim, científica. Desta, diz-nos:

“O Serviço Social começa a fazer-se científico quando se arroga o questionamento das relações causais das necessidades com que se defronta, quando se preocupa em conhecer as questões essenciais dos problemas

ou fenômenos que aparecem como seu objeto de estudo e intervenção. Vale dizer: quando caminha para o interior dos fenômenos, para encontrar aí a natureza contraditória e substancial que os explica”.¹⁸

Nestes dois autores, a falta de uma instrumentação *ativa* do papel das determinações e das classes sociais na explicação do processo histórico da profissão faz com que o seu discurso se desdobre sobre o próprio desenvolvimento das modalidades de ação empregadas pelo Serviço Social. Assim, certos períodos são caracterizados em função da influência alcançada pelas correntes de pensamento ou formas de ação, nem sempre coincidentes com a ação concreta predominante na profissão e com os efeitos qualitativos desta prática.

O Serviço Social — como qualquer outra atividade profissional — não tem a faculdade de se autodeterminar nem de, por si mesmo, fixar o efeito qualitativo da sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses, organizando respostas distintas à contradição que existe entre elas. Apenas depois de se compreender o significado deste jogo básico de forças é que se torna possível precisar, a nível das idéias, aquelas que se põem como características em cada etapa. Por exemplo: identificar o conjunto pertinente das concepções existentes num momento e reconhecê-lo como pré-científico ou científico pode favorecer, no plano superestrutural, a compreensão do que diferencia uma etapa de outra, mas não é suficiente quer para caracterizá-las globalmente, quer para esclarecer o trânsito de uma a outra.

18. Lima, Boris A. *Epistemología del Trabajo Social*. Buenos Aires, Humanitas, 1976, p. 77.